RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Building a better working world

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos administradores e acionistas da
Companhia Energética Miranda S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Miranda S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Ativo financeiro de concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 5 às demonstrações contábeis, o ativo financeiro de concessão, que em 31 de dezembro de 2022 totalizava R$ 1.222.397 mil, é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, decorrentes das parcelas a serem liquidadas e, posteriormente, mantido ao custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente. O contrato de concessão estabelece uma divisão para a destinação de utilização da capacidade instalada da usina de Miranda de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR e 30% ao Ambiente de Contratação Livre - ACL. A parcela destinada ao ACR é garantida pelo Poder Concedente e não possui risco de demanda.

Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade na determinação dos fatores e das premissas por parte da Administração, atreladas ao processo de mensuração do ativo financeiro de concessão.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

(i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento do ativo financeiro de concessão;
(ii) Avaliação da razoabilidade das estimativa contábeis, incluindo a taxa de desconto utilizada no cálculo do ativo financeiro de concessão com a Administração da Companhia,
(iii) Recálculo do ativo financeiro de concessão com respectiva confirmação de corretos registros efetuados no sistema contábil, considerando a classificação do ativo financeiro de concessão (contas a receber) e ativo intangível; e
(iv) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a receita, incluídas na nota 5 às demonstrações contábeis.

Building a better working world

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos, consideramos que a mensuração do ativo financeiro de concessão e a consequente segregação entre ativo financeiro de concessão e ativo intangível, realizadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão e do fornecimento e do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da relevância dos valores envolvidos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R$ 184.292 mil decorrente de juros e atualização monetária do ativo financeiro da concessão, e R$ 87.042 mil decorrente do fornecimento e suprimento de energia elétrica.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:
(i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica e da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(ii) Avaliação da razoabilidade das estimativa contábeis da receita e custo de energia, reconhecidos ao final do exercício;
(iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa da receita de fornecimento de energia elétrica ao final do exercício;
(iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
(v) Recálculo da remuneração e da variação monetária do ativo financeiro de concessão;
(vi) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
(vii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a receita, incluídas na nota 12 às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

Building a better working world

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 -Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 06 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O



Exercícios de

2022
2021

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CNPJ **28.942.127/0001-49** NIRE **42 3 0004595-1**

R. Paschoal Apóstolo Pisca, 5064 | Agronômica
Florianópolis – SC | CEP 88025-255

SUMÁRIO

Relatório da Administração 3
Balanços Patrimoniais 8
Demonstrações dos Resultados 9
Demonstrações dos Resultados Abrangentes 9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 10
Demonstrações dos Fluxos de Caixa 11
Demonstrações dos Valores Adicionados 12
Nota 1. Contexto operacional 14
Nota 2. Apresentação das demonstrações contábeis 14
Nota 3. Caixa e equivalentes de caixa 17
Nota 4. Contas a receber de clientes 17
Nota 5. Ativo financeiro de concessão 17
Nota 6. Intangível 19
Nota 7. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros 20
Nota 8. Debêntures 25
Nota 9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos 26
Nota 10. Patrimônio líquido 28
Nota 11. Dividendos 29
Nota 12. Receita operacional líquida 29
Nota 13. Resultado financeiro 30
Nota 14. Transações com partes relacionadas 30
Nota 15. Seguros 31
Nota 16. Compromissos de longo prazo 32
Nota 17. Informações complementares ao fluxo de caixa 32
Nota 18. Eventos subsequentes 32
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes ..... Error! Bookmark not defined.
Declaração dos Diretores da Companhia 35
Conselho de Administração 36
Diretoria Executiva 36
Departamento de Contabilidade 36
Relatório dos Auditores Independentes 37

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 179 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 Megawatt (MW) e energia assegurada de 198,2 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, também isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 582.663.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 582.663 mil ao final de 2022, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por três Diretorias, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Um novo Conselho de Administração foi eleito na 3ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13.11.2020, composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Marcelo Cardoso Malta, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

Na mesma data, na 16ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, que passou por reformulação (20ª Reunião do Conselho de Administração) e em 31.12.2022 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Paulo Roberto Keller de Negreiros eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê-se que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. A estimativa de crescimento do PIB, de acordo com Boletim Focus, é em torno de 3,0% - a divulgação do dado oficial deve ocorrer em março de 2023.

Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada - 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R$ 5,22 - 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

4. Desempenho Operacional

Em 2022, a geração bruta da UHE Miranda foi de 1.133,5 GWh, 56,2% superior à que a obtida em 2021, de 725,5 GWh. O aumento se deu, especialmente, pela baixa hidrologia observada no entorno da usina em 2021 – fato que não ocorreu em 2022. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2022 foi de 99,0%, 3,7 p.p. acima dos 95,3% atingidos no ano anterior.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização dos sistemas de instrumentação e controle da usina (incluindo regulador de velocidade, regulador de tensão do gerador e sistema supervisório) foi firmado junto aos fornecedores ao final de 2021. Em 2022, foram realizadas as fabricações, aquisições e testes em fábrica dos novos equipamentos, e a instalação transcorrerá ao longo de 2023.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2022	2021	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	327.026	381.511	(54.485)	(14,3)
Lucro bruto	265.449	296.142	(30.693)	(10,4)
Margem bruta	81,2%	77,6%		3,6 p.p.
Ebitda (Lajida)[1]	278.598	309.507	(30.909)	(10,0)
Margem Ebitda	85,2%	81,1%		4,1 p.p.
Depreciação e amortização	(14.279)	(14.125)	(154)	1,1
Resultado financeiro	(59.392)	(96.715)	37.323	(38,6)
Imposto de renda e contribuição social	(69.773)	(67.530)	(2.243)	3,3
Lucro líquido do período	135.154	131.137	4.017	3,1

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.1 Receita operacional líquida

No ano de 2022, a receita operacional líquida da Companhia apresentou decréscimo de R$ 54.485 mil (14,3%), atingindo R$ 327.026 mil, frente aos R$ 381.511 mil reconhecidos em 2021. Essa variação é consequência, substancialmente, da combinação dos seguintes eventos: (i) redução de R$ 34.536 mil na receita com transações de energia, sendo composto pelo (i.i) redução de R$ 27.060 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais, (i.ii) decréscimo de R$ 7.476 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; (ii) redução de R$ 26.947 mil na remuneração do ativo financeiro de concessão, motivado, principalmente, pela redução do IPCA entre os períodos em comparação. Esses efeitos foram parcialmente afetados pelo aumento de R$ 6.998 mil referente à receita de prestação de serviços, motivado pelos efeitos da atualização monetária prevista nos contratos. Mais detalhes sobre o item (i) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

5.2 Custos da energia vendida

	2022	2021	Var. (R$)	Var. (%)
Materiais e serviços de terceiros	22.467	13.271	9.196	69,3
Depreciação e amortização	14.279	14.125	154	1,1
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	9.253	8.419	834	9,9
Energia elétrica comprada para revenda	6.307	38.296	(31.989)	(83,5)
Pessoal	6.862	7.164	(302)	(4,2)
Transações no mercado de energia de curto prazo	3	8.086	(8.083)	(100,0)
Repactuação do risco hidrológico	-	(6.289)	6.289	(100,0)
Outros custos operacionais	2.406	2.297	109	4,7
	61.577	**85.369**	**(23.792)**	**(27,9)**

Os custos da energia vendida reduziram em R$ 23.792 mil (27,9%) entre os períodos em comparação, passando de R$ 85.369 mil em 2021 para R$ 61.577 mil em 2022. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** redução de R$ 31.989 mil entre os períodos em análise, representando 83,5% do total dos custos com energia. Mais detalhes sobre as variações estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) **Materiais e serviços de terceiros:** aumento de R$ 9.196 (69,3%) entre 2022 e 2021, motivado, substancialmente, pelo aumento nos custos de manutenção, relacionados a prestação de serviços, manutenção e limpeza da usina.

c) **Repactuação do risco hidrológico:** em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação da repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 895/2020 e nº 930/2021, as quais contemplaram, dentre outras questões, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da referida Lei. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições e atrasos na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia dessas usinas, da geração térmica fora da ordem de mérito e importação, de forma retroativa. Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Repactuação de risco hidrológico" da demonstração dos resultados, no montante de R$ 6.289 mil, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de seis meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE.

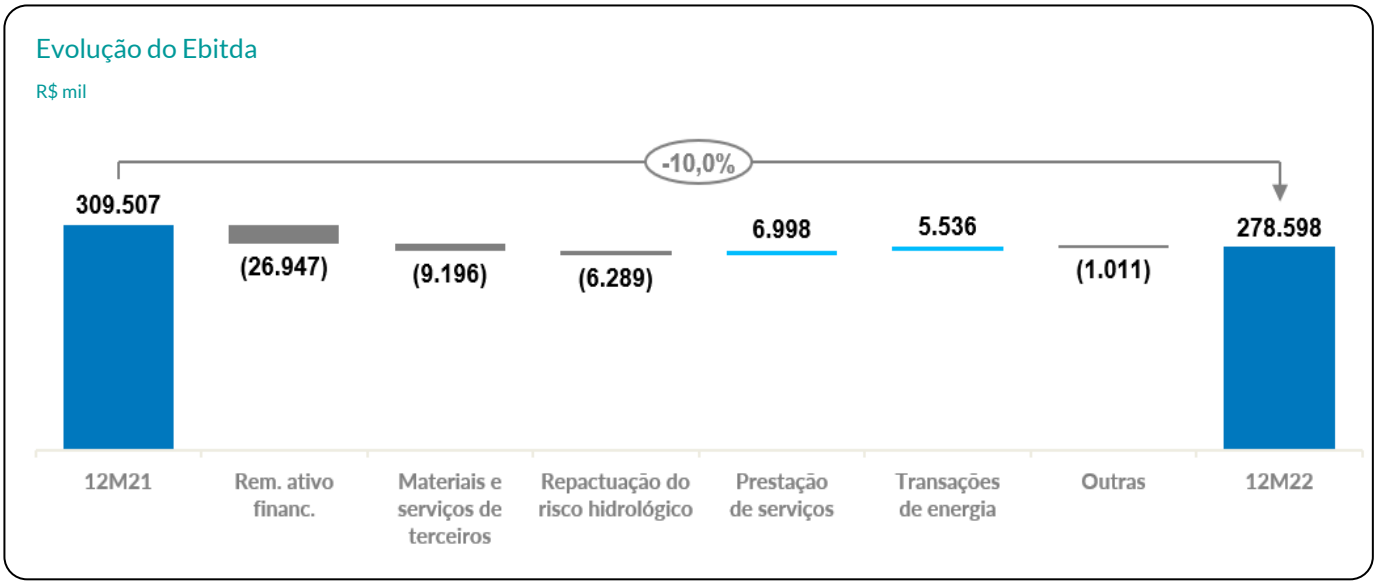
5.3 Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram reduções de R$ 34.536 mil e R$ 40.072 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 5.536 mil no lucro bruto da Companhia. Essas reduções são resultado, substancialmente, de: (i) redução de transações de venda no mercado de curto prazo, motivada, principalmente, pela redução significativa de 58,7% no PLD nos períodos analisados; e (ii) redução nas transações de compra de energia em 2021 com a sua então parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda, a qual também era controlada pela ENGIE naquele período.

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2022 foi de R$ 278.598 mil, R$ 30.909 mil (10,0%) abaixo do apurado em 2021, de R$ 309.507 mil.



5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 37.323 mil (38,6%) entre os períodos em análise, atingindo o montante de R$ 59.392 mil em 2022 (R$ 96.715 mil em 2021). A redução, decorre, principalmente, pela desaceleração do IPCA no período em questão.

5.6 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL aumentaram R$ 2.243 mil (3,3%), passando de R$ 67.530 mil em 2021 para R$ 69.773 mil em 2022, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os períodos foi de 34,0%.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido de 2022 foi de R$ 135.154 mil, R$ 4.017 mil (3,1%) superior aos R$ 131.137 mil apresentados em 2021, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental; e

i) Acervo arqueológico.

Destaca-se do ponto de vista ambiental a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Jacob, com 358 hectares, que representa uma importante área de preservação do bioma Cerrado, localizada à margem esquerda do Rio Araguari, município de Nova Ponte (MG), no entorno do reservatório da Usina. A Unidade representa um refúgio para espécies de fauna e flora locais, contribuindo com a preservação ambiental da região.

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2022.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	47.258	51.336
Contas a receber de clientes	4	17.008	17.453
Ativo financeiro de concessão	5	138.098	126.648
Outros ativos circulantes		4.933	2.354
		207.297	**197.791**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativo financeiro de concessão	5	1.084.299	1.035.953
Outros ativos não circulantes		55	55
		1.084.354	**1.036.008**
Imobilizado		**3.346**	**3.167**
Intangível	6	**346.492**	**360.360**
		1.434.192	**1.399.535**
TOTAL DO ATIVO		**1.641.489**	**1.597.326**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		5.811	7.192
Dividendos	11	12.840	12.801
Debêntures	8	98.285	83.886
Imposto de renda e contribuição social a pagar		22.999	13.733
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	7	8.128	18.197
Outros passivos circulantes		8.413	10.773
		156.476	**146.582**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	8	394.484	465.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	133.966	101.729
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	7	-	2.212
		528.450	**569.296**
TOTAL DO PASSIVO		**684.926**	**715.878**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10**		
Capital social		582.663	582.663
Reservas de lucros		326.740	298.785
Dividendos adicionais propostos		47.160	-
		956.563	**881.448**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.641.489**	**1.597.326**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**12**	**327.026**	**381.511**
Custos da energia vendida			
Materiais e serviços de terceiros		(22.467)	(13.271)
Depreciação e amortização		(14.279)	(14.125)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão		(9.253)	(8.419)
Pessoal		(6.862)	(7.164)
Energia elétrica comprada para revenda		(6.307)	(38.296)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(3)	(8.086)
Repactuação do risco hidrológico		-	6.289
Outros custos operacionais		(2.406)	(2.297)
		(61.577)	**(85.369)**
LUCRO BRUTO		**265.449**	**296.142**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas		(1.145)	(773)
Outras receitas operacionais, líquidas		15	13
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**264.319**	**295.382**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	13	(68.958)	(100.788)
Receitas financeiras	13	9.566	4.073
		(59.392)	**(96.715)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**204.927**	**198.667**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	9	(37.536)	(25.222)
Diferido	9	(32.237)	(42.308)
		(69.773)	**(67.530)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**135.154**	**131.137**
LUCRO POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO – EM REAIS	**10**	**0,23196**	**0,22507**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**135.154**	**131.137**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**135.154**	**131.137**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2020		**582.663**	**15.641**	**164.465**	**-**	**-**	**762.769**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	131.137	131.137
Destinações propostas à AGO[1]:							
- Reserva legal		-	6.557	-	-	(6.557)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	(12.458)	(12.458)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	112.122	-	(112.122)	-
Saldos em 31.12.2021	**10**	**582.663**	**22.198**	**276.587**	**-**	**-**	**881.448**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	135.154	135.154
Dividendos intermediários	11	-	-	(47.199)	-	-	(47.199)
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	6.758	-	-	(6.758)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	(12.840)	(12.840)
- Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	47.160	(47.160)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	68.396	-	(68.396)	-
Saldos em 31.12.2022	**10**	**582.663**	**28.956**	**297.784**	**47.160**	**-**	**956.563**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	204.927	198.667
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(184.292)	(211.239)
Juros e variação monetária	70.240	100.117
Depreciação e amortização	14.279	14.125
Repactuação do risco hidrológico	-	(6.289)
Outros	(6.500)	(105)
Lucro antes dos tributos ajustado	**98.654**	**95.276**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	482	6.558
Ativo financeiro de concessão	124.496	113.321
Outros ativos	(4.698)	(1.603)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(1.393)	(4.000)
Outros passivos	2.069	(2.067)
Caixa gerado pelas operações	**219.610**	**207.485**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(35.066)	(35.968)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(26.236)	(34.349)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**158.308**	**137.168**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(578)	(578)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(578)**	**(578)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(101.808)	(84.754)
Dividendos pagos	(60.000)	(56.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(161.808)**	**(140.754)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(4.078)**	**(4.164)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	51.336	55.500
Saldo final	47.258	51.336
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(4.078)**	**(4.164)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

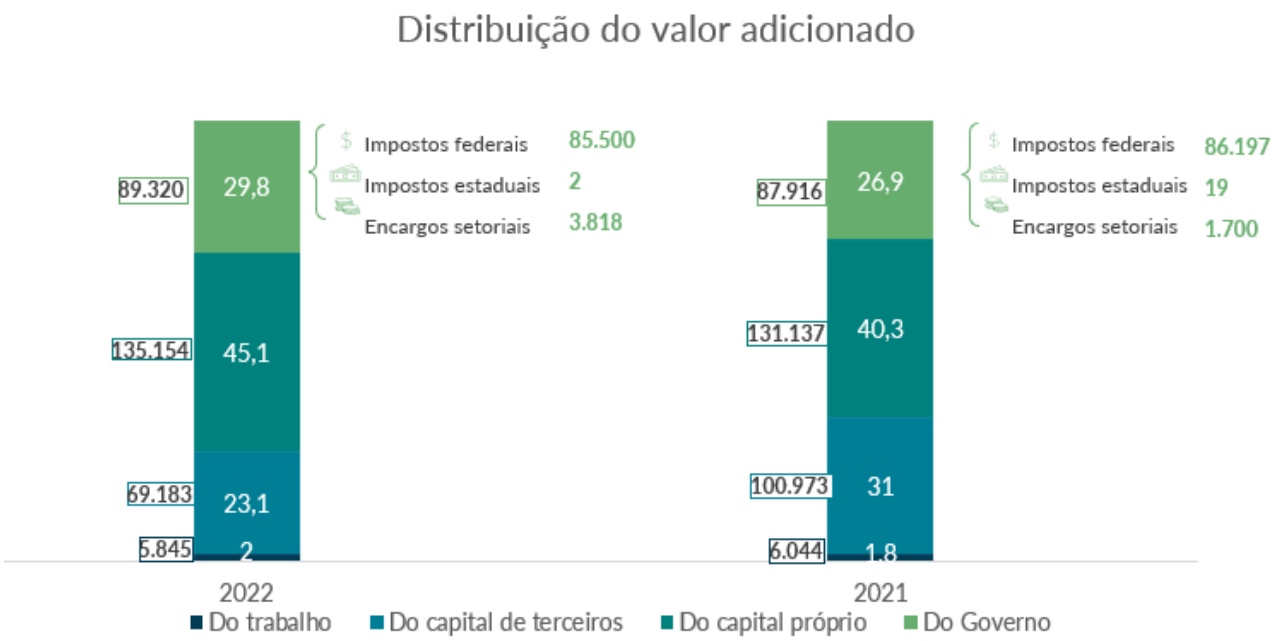
COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receita bruta de vendas	158.092	188.845
Remuneração do ativo financeiro de concessão	184.292	211.239
Outras receitas operacionais, líquidas	15	13
	342.399	**400.097**
(-) Insumos		
Materiais e serviços de terceiros	(23.041)	(13.816)
Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	(9.253)	(8.419)
Energia elétrica comprada para revenda	(6.307)	(38.296)
Transações no mercado de energia de curto prazo	(3)	(8.086)
Repactuação do risco hidrológico	-	6.289
Outros	420	(1.647)
	(38.184)	**(63.975)**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**304.215**	**336.122**
Depreciação e amortização	(14.279)	(14.125)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	**289.936**	**321.997**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	9.566	4.073
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**299.502**	**326.070**

	2022	%	2021	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração:				
Do trabalho				
Remuneração e encargos	3.492	1,2	4.035	1,2
Benefícios	1.255	0,4	935	0,3
Participação nos resultados	855	0,3	812	0,2
FGTS[1]	243	0,1	262	0,1
	5.845	**2,0**	**6.044**	**1,8**
Do governo				
Impostos federais	85.500	28,5	86.197	26,4
Impostos estaduais	2	-	19	-
Encargos setoriais	3.818	1,3	1.700	0,5
	89.320	**29,8**	**87.916**	**26,9**
Do capital de terceiros				
Juros, V.M.[1] e ajuste a valor justo de debêntures, líquidos de *hedge*	68.120	22,7	100.259	30,7
Aluguéis	237	0,1	188	0,1
Outras despesas financeiras	826	0,3	526	0,2
	69.183	**23,1**	**100.973**	**31,0**
Do capital próprio				
Reserva legal	6.758	2,3	6.557	2,0
Dividendos	60.000	20,0	12.458	3,8
Reserva de retenção de lucros	68.396	22,8	112.122	34,5
	135.154	**45,1**	**131.137**	**40,3**
	299.502	**100,0**	**326.070**	**100,0**

(1) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(2) Variação Monetária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Distribuição do valor adicionado
89.320
29,8
135.154
45,1
69.183
23,1
5.845
2
Impostos federais 85.500
Impostos estaduais 2
Encargos setoriais 3.818
87.916
26,9
131.137
40,3
100.973
31
6.044
1,8
Impostos federais 86.197
Impostos estaduais 19
Encargos setoriais 1.700
2022
2021
Do trabalho
Do capital de terceiros
Do capital próprio
Do Governo

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408,0 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada à Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais notas explicativas vinculadas a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas são:

Estimativa	Nota Explicativa
Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão	5
Determinação dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos	7 e 8
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração	6

e.1) Mensuração inicial do valor justo do ativo financeiro da concessão

A bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro de concessão, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da RAG.

e.2) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo nas demonstrações contábeis. A definição do valor justo dos derivativos da Companhia exige o uso de metodologias de valoração que podem ser complexas e envolve o uso de estimativas futuras de câmbio, de inflação, de taxas de juros de longo prazo e de preços de energia.

e.3) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

f) Novas normas, alterações e interpretações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19				
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	*Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts – Costs of Fulfilling a contract*; e *Reference to the Conceptual Framework*	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes.

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	*Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction*	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37 aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de *sale and laseback*.	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

h) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 06.03.2023.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	**188**	**179**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	47.070	51.157
	47.258	**51.336**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil:

Contas a receber de clientes são reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2022	31.12.2021
Distribuidoras	9.019	8.666
ENGIE Brasil Energia	7.077	8.017
Transações realizadas na CCEE[1]	912	770
	17.008	**17.453**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 45 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 16 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. ATIVO FINANCEIRO DE CONCESSÃO

Prática contábil:

Corresponde ao direito incondicional de recebimento de caixa por meio do RBO, para recuperação do investimento na aquisição de outorgas de concessão de usinas hidrelétricas licitadas pela União. Foi registrado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa utilizada para o cálculo do valor presente. Os ativos financeiros de concessões são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do IPCA.

Em 27.09.2017, a Engie, Controladora da Companhia, foi vencedora do Leilão de Concessões não Prorrogadas, para a concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, pelo período de, aproximadamente, 30 anos, a partir de 10.11.2017. O pagamento da bonificação pela outorga da concessão se deu em parcela única em 30.11.2017.

Como parte do processo do Leilão, a Companhia tem assegurado pelo Poder Concedente o direito à venda de 70% da garantia física das usinas, no Sistema de Cota de Garantia Física, garantindo, assim, o direito incondicional de receber caixa durante o período de concessão, sem riscos de demanda, de mercado e hidrológicos. Dessa forma, a parcela do montante pago pela outorga da concessão, correspondente ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, calculado com base na taxa de desconto de referência na data do reconhecimento inicial (10,5%), a serem recebidos pela venda da energia no ACR, foi reconhecida como ativo financeiro.

O direito de extensão do prazo de concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico, tratada na Nota 6 – Intangível, de aproximadamente 6 meses, não gerou direitos adicionais de recebimento de RBO.

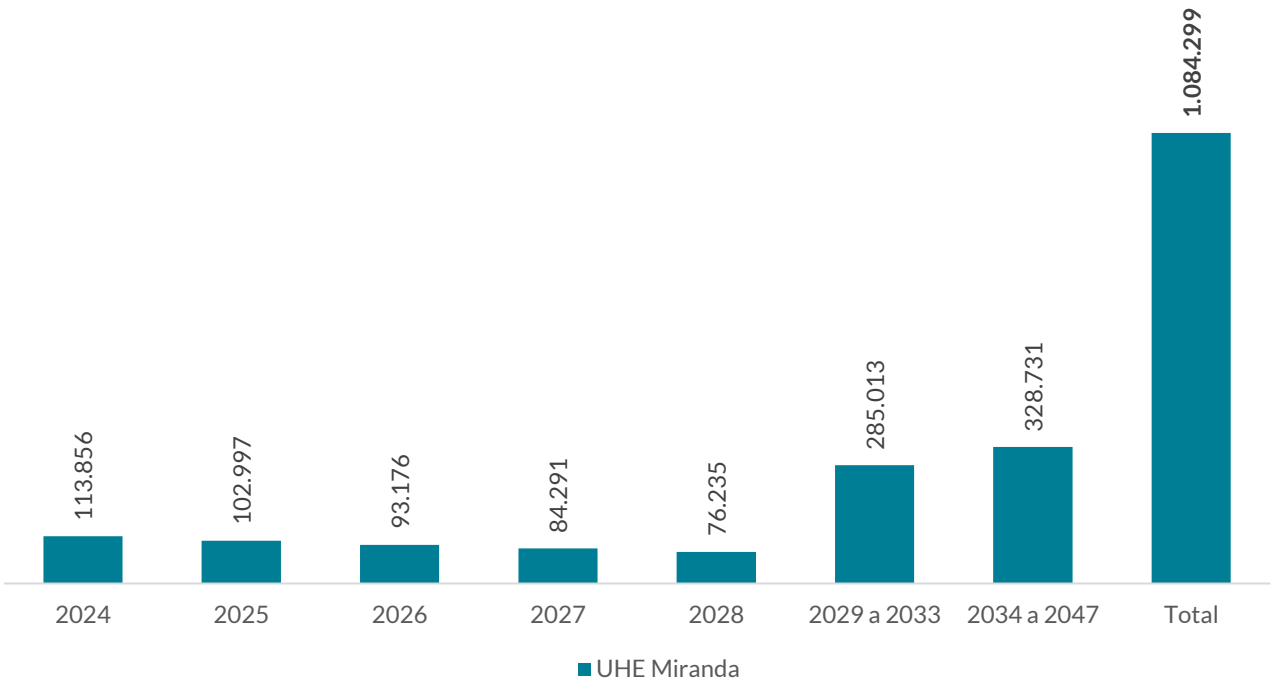
a) Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo financeiro de concessão	138.098	1.084.299	1.222.397	126.648	1.035.953	1.162.601

b) Mutação do ativo financeiro de concessão

Saldo em 31.12.2020	**1.064.683**
Recebimentos	(113.321)
Juros	92.729
Variação monetária	118.510
Saldo em 31.12.2021	**1.162.601**
Recebimentos	(124.496)
Juros	91.976
Variação monetária	92.316
Saldo em 31.12.2022	**1.222.397**

c) Perfil de realização do ativo financeiro de concessão apresentado no ativo não circulante



NOTA 6. INTANGÍVEL

Prática contábil:

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócio.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 e 2022 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear, com base nos contratos comerciais ou de concessão e de autorização.

Avaliação do valor de recuperação do intangível – *Impairment*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou de intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda *(impairment)* é reconhecida no resultado do exercício.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda. O valor em uso corresponde aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil.

		31.12.2022			31.12.2021		
	Período de amortização	Custo	Amortização acumulada	Total	Custo	Amortização acumulada	Total
Bonificação pela outorga	Até 2047	411.224	(70.655)	340.569	411.224	(56.980)	354.244
Direito de uso de ativos[1]	Até 2047	6.326	(403)	5.923	6.289	(173)	6.116
		417.550	**(71.058)**	**346.492**	**417.513**	**(57.153)**	**360.360**

(1) O saldo líquido de amortização é composto por: (i) R$ 6.289 referente a repactuação do risco hidrológico; e (ii) R$ 37 referente a *Softwares*.

A movimentação do ativo intangível foi esta:

	Bonificação pela outorga	Direitos de uso de ativos	Total
Saldos em 31.12.2020	**367.919**	**-**	**367.919**
Ingressos	-	6.289	6.289
Amortização	(13.675)	(173)	(13.848)
Saldos em 31.12.2021	**354.244**	**6.116**	**360.360**
Ingressos[1]	-	37	37
Amortização	(13.675)	(230)	(13.905)
Saldos em 31.12.2022	**340.569**	**5.923**	**346.492**

(1) O saldo de R$ 37 refere-se aos ingressos de *Softwares*.

a) Bonificação pela outorga

A diferença entre o valor pago de bonificação pela outorga e o montante registrado como ativo financeiro de concessão, conforme mencionado na Nota 5 – Ativo financeiro de concessão, representa o direito de uso da infraestrutura da Usina Hidrelétrica Miranda para geração e venda de energia no ACL. Esse montante foi reconhecido no intangível e está sendo amortizado linearmente pelo prazo de concessão das Usinas.

b) Direito de uso de ativos – repactuação do risco hidrológico

Em 08.09.2020 entrou em vigor a Lei nº 14.052, que alterou em partes a Lei nº 13.203, de 2015, e estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, a qual estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, e no dia 15.12.2020, após a reunião do Conselho de Administração da controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia, foi aprovada a adesão da Companhia à referida repactuação do risco hidrológico.

Adicionalmente, em 02.03.2021, a CCEE publicou a revisão nos cálculos de compensação, contemplando, dentre outros itens, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da Lei nº 14.052/20.

No exercício de 2021, a Companhia reconheceu o ativo intangível relativo ao direito de extensão do prazo de concessão da outorga de geração, no montante de R$ 10.329, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de seis meses.

No exercício de 2022, não houve movimentações relevantes dos saldos de repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, exceto pela amortização do exercício, que está sendo realizada linearmente até o prazo final da extensão.

c) Redução ao valor recuperável de ativos *(impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31.12.2022 e 31.12.2021 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

NOTA 7. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Prática contábil:

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

	31.12.2022	31.12.2021
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	8.127	20.409
	8.127	**20.409**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	8.127	18.197
Passivo não circulante	-	2.212
	8.127	**20.409**

Em 31.12.2022, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$ 299.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	32.687	122	32.809
Swap	R$ 299.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(41.444)	508	(40.936)
Resultado *swap*					**(8.757)**	**630**	**(8.127)**

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Passivo em 31.12.2020	**13.605**
Juros e variações monetárias	18.492
Ajuste a valor justo	377
Amortização de principal	(10.624)
Amortização de juros	(1.441)
Passivo em 31.12.2021	**20.409**
Juros e variações monetárias	932
Ajuste a valor justo	(1.586)
Amortização de principal	(17.347)
Amortização de juros	5.719
Passivo em 31.12.2022	**8.127**

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2020	**579**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	377
Saldo em 31.12.2021	**956**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(1.586)
Saldo em 31.12.2022	**(630)**

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes

A Companhia apresenta a seguir uma análise de sensibilidade do ativo financeiro de concessão e das debêntures, expostos ao risco de variação do IPCA. O cenário-base provável para o ano de 2023 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

	Variação 12 meses	Cenário Provável	Sensibilidade		
Risco de variação do índice	31.12.2022	31.12.2023	Provável	Δ + 25% (1)	Administração
IPCA	5,8%	5,3%	-0,5 p.p.	1,3 p.p.	-1,4 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices dos últimos 12 meses, observados em 31.12.2022, e os previstos no cenário provável dos próximos 12 meses, a findar em 31.12.2023 e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado consolidado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2022	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Administração
Risco de aumento (passivo)				
Debêntures				
IPCA	459.960	2.230	(6.029)	(6.506)
IPCA (Debêntures com *swap* para o IPCA)	32.809	85	(230)	249
	492.769	**2.315**	**(6.259)**	**(6.257)**
Risco de redução (ativo)				
Ativo financeiro de concessão				
IPCA	1.222.397	(5.993)	(23.402)	(22.773)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures, líquidas dos efeitos do *hedge*, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures	492.769	549.241
Efeitos de *hedge*	8.127	20.409
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(47.258)	(51.336)
Dívida líquida	**453.638**	**518.314**
Patrimônio líquido	**956.563**	**881.448**
Endividamento líquido/Patrimônio líquido	**0,5**	**0,6**

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contrato de debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Em 31.12.2022, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas (Nota 8 – Debêntures).

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 14 – Transações com partes relacionadas.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	5.811	-	-	5.811
Debêntures[1]	136.967	258.277	192.727	587.971
	142.778	258.277	192.727	593.782

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

O ativo financeiro de concessão não possui risco de liquidez, uma vez que está relacionado à parcela de energia destinada ao ACR, no Sistema de Cota de Garantia Física, cujo pagamento é garantido pelo Poder Concedente.

f) Risco hidrológico

O suprimento de energia do SIN acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Miranda, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no MRE, que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2022, a parcela da Usina Hidrelétrica Miranda destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 138,74 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e também está blindada desse risco, vide Nota 5 – Ativo financeiro de concessão.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 6 – Intangível.

g) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	47.070	51.157
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	188	179
Contas a receber de clientes	N.A.	17.008	17.453
Ativo financeiro de concessão	N.A.	1.222.397	1.162.601
		1.286.663	**1.231.390**
Passivos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Debêntures	Nível 2	32.809	98.541
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	Nível 2	8.127	20.409
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	5.811	7.192
Debêntures	N.A.	459.960	450.700
		506.707	**576.842**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

h) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado no ativo financeiro de concessão e na parcela das debêntures que não estão sob o escopo da contabilidade de *hedge*. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2022		31.12.2021	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo financeiro de concessão	1.222.397	1.210.198	1.162.601	1.121.310
Debêntures	492.769	492.985	549.241	570.956

NOTA 8. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	32.610	-	32.610	64.838	33.258	98.096
Encargos	199	-	199	445	-	445
	32.809	**-**	**32.809**	**65.283**	**33.258**	**98.541**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	64.201	394.484	458.685	17.237	432.097	449.334
Encargos	1.275	-	1.275	1.366	-	1.366
	65.476	**394.484**	**459.960**	**18.603**	**432.097**	**450.700**
Debêntures	**98.285**	**394.484**	**492.769**	**83.886**	**465.355**	**549.241**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva	8.127	-	8.127	18.197	2.212	20.409
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**106.412**	**394.484**	**500.896**	**102.083**	**467.567**	**569.650**

b) Mutação das debêntures

Saldos em 31.12.2020	**576.508**
Juros	36.833
Variações monetárias	45.039
Ajuste a valor justo	(482)
Amortização do principal	(74.130)
Amortização de juros	(34.527)
Saldos em 31.12.2021	**549.241**
Juros	42.961
Variações monetárias	26.373
Ajuste a valor justo	(560)
Amortização do principal	(84.461)
Amortização de juros	(40.785)
Saldos em 31.12.2022	**492.769**

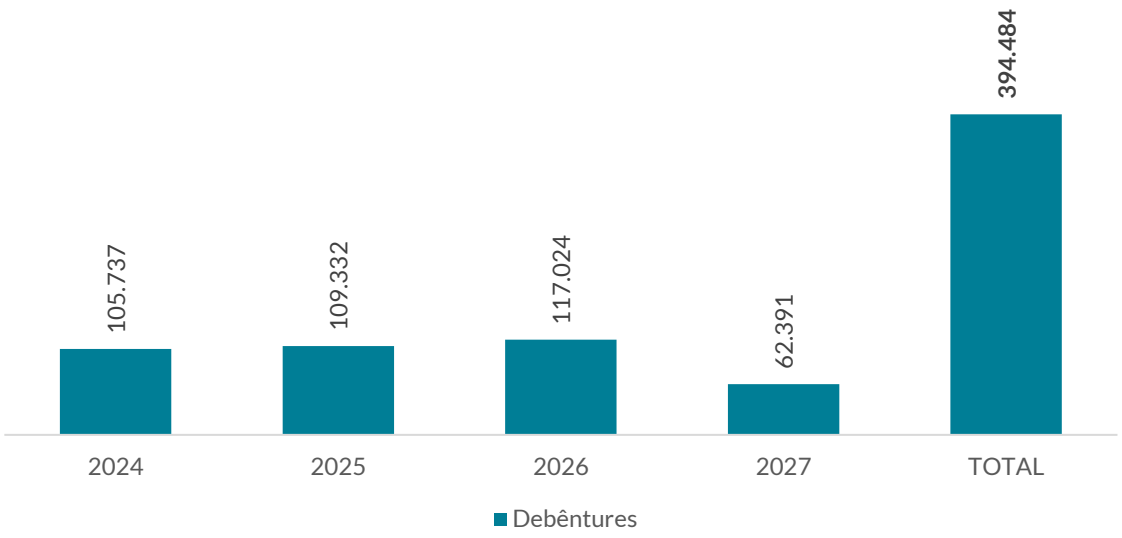
c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento			
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2022
1ª Emissão - Série 1	299.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com *swap* para IPCA + 4,47% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2023	32.809
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2027	459.960

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante



f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2022
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,53

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Prática contábil:

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

a.1) Composição

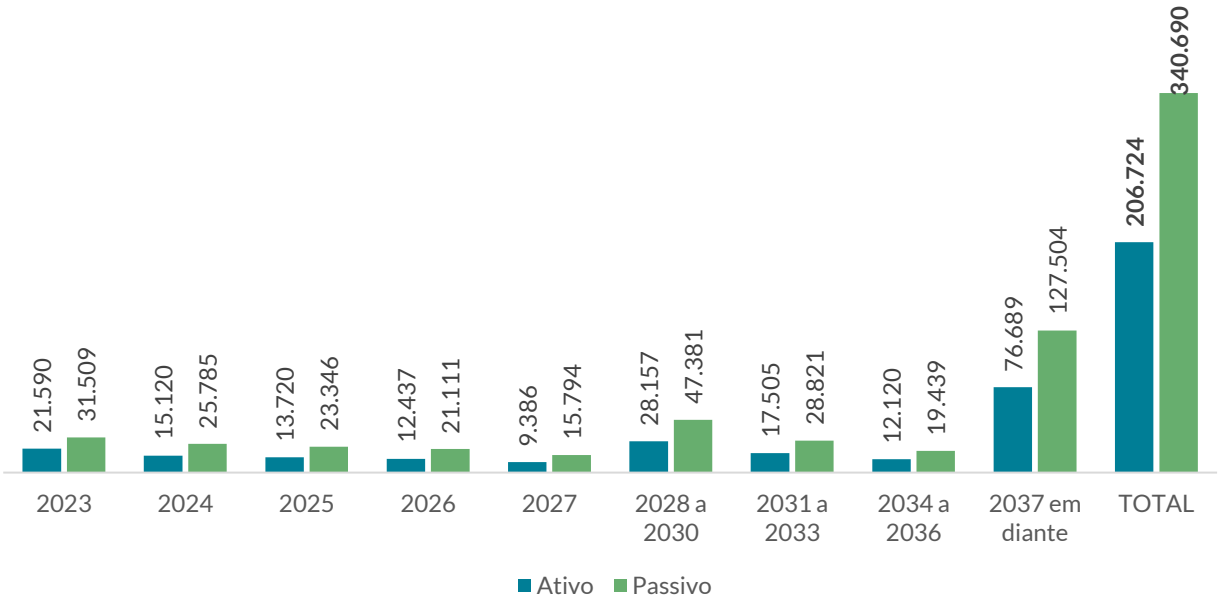
Natureza dos créditos	31.12.2022				31.12.2021
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Remuneração do ativo financeiro de concessão	833.132	208.283	74.982	283.265	220.606
Intangível de bonificação pela outorga	163.013	40.753	14.671	55.424	44.698
Repactuação do risco hidrológico	5.885	1.471	530	2.001	2.079
		250.507	**90.183**	**340.690**	**267.383**
Ativo:					
Receita de Retorno de Bonificação pela Outorga (RBO)	571.712	142.928	51.454	194.382	151.613
Custo de gestão de infraestrutura da usina	26.935	6.734	2.424	9.158	5.115
Perdas não realizados em operações de *hedge*	8.128	2.032	732	2.764	6.939
Outros	1.234	309	111	420	1.987
		152.003	**54.721**	**206.724**	**165.654**
Valor líquido		**98.504**	**35.462**	**133.966**	**101.729**

a.2) Mutação do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Saldo em 31.12.2020	**59.421**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	42.308
Saldo em 31.12.2021	**101.729**
Impostos diferidos reconhecidos no resultado do exercício	32.237
Saldo em 31.12.2022	**133.966**

a.3) Expectativa de realização e exigibilidade

A Administração da Companhia elabora projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização dos créditos fiscais nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:



b) Conciliação dos tributos no resultado

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal

	31.12.2022			31.12.2021		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Resultado antes dos tributos	**204.927**	**204.927**	**204.927**	**198.667**	**198.667**	**198.667**
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Tributos às alíquotas nominais	**(51.232)**	**(18.443)**	**(69.675)**	**(49.667)**	**(17.880)**	**(67.547)**
Outros	(66)	(32)	(98)	19	(2)	17
	(51.298)	**(18.475)**	**(69.773)**	**(49.648)**	**(17.882)**	**(67.530)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(27.594)	(9.942)	(37.536)	(18.539)	(6.683)	(25.222)
Diferido	(23.704)	(8.533)	(32.237)	(31.109)	(11.199)	(42.308)
	(51.298)	**(18.475)**	**(69.773)**	**(49.648)**	**(17.882)**	**(67.530)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2022 e 31.12.2021, era de R$ 582.663, totalmente subscrito e integralizado, representado por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.1) Reserva de retenção de lucros

A Companhia encaminhou para aprovação em AGO a constituição de reserva de retenção de lucros em 2022, no montante de R$ 68.397 (R$ 112.122 em 2021). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Lucro por ação básico e diluído

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	135.154	131.137
Média de ações ordinárias	582.663.140	582.663.140
Lucro por ação básico e diluído – Em reais	**0,23196**	**0,22507**

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

NOTA 11. DIVIDENDOS

Prática contábil:

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pelo Conselho de Administração; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela (AGO).

a) Cálculo

	31.12.2022	31.12.2021
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	135.154	131.137
Reserva legal	(6.758)	(6.557)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	**128.396**	**124.580**
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios	12.840	12.458
Total dos dividendos anuais	**12.840**	**12.458**
Percentual do lucro líquido ajustado	**10%**	**10%**

b) Composição do saldo de dividendos a pagar

	31.12.2022	31.12.2021
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2020	-	343
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2021	-	12.458
Dividendos mínimos obrigatórios – exercício 2022	12.840	-
	12.840	**12.801**

c) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

d) Distribuição de dividendos

Em 06.04.2022, na 5ª AGO da Companhia, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício de 2021 no valor de R$ 12.458 (R$ 0,0213811876 por ação). Adicionalmente, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 11.08.2022, aprovou a distribuição de dividendos intermediários, com base na reserva de retenção de lucros, no valor de R$ 47.199 (R$ 0,0810051574 por ação). Ademais, em 20.09.2022, foi pago o montante de R$ 60.000 de dividendos.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 06.03.2023, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2022, no valor de R$ 12.840 (R$ 0,0220361765 por ação) e dividendos adicionais de R$ 47.160.

NOTA 12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil:

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita operacional bruta é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A Companhia recebe, para a energia vendida no ACR, como parte da RAG, a parcela referente à GAG, a qual é destinada para a remuneração dos serviços de operação e manutenção da Usina e visa evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber mensalmente, conforme a obrigação de desempenho de manter a Usina operando é atendida.

A remuneração de ativo financeiro de concessão corresponde aos juros e à variação monetária apurados sobre o saldo de ativo financeiro de concessão (Nota 5).

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	85.248	115.393
Receita GAG - operação e manutenção	71.050	63.339
Transações no mercado de curto prazo	1.794	10.113
	158.092	**188.845**
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(14.624)	(17.468)
Pesquisa e desenvolvimento	(734)	(1.105)
	(15.358)	**(18.573)**
Remuneração de ativo financeiro de concessão	**184.292**	**211.239**
Receita operacional líquida	**327.026**	**381.511**

NOTA 13. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.528	3.823
Juros sobre valores a receber	37	136
Outros juros e variações monetárias	1	114
	9.566	**4.073**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	69.334	81.872
Hedge de valor justo sobre debêntures	932	18.492
Outros	12	3
Ajuste a valor justo	(2.146)	(105)
Outras despesas financeiras	826	526
	68.958	**100.788**
Resultado financeiro	**59.392**	**96.715**

NOTA 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Prática contábil:

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2021 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2022				
ENGIE Brasil Energia	7.077	500	1.401	12.840
Total	**7.077**	**500**	**1.401**	**12.840**
31.12.2021	**8.017**	**1.800**	**602**	**12.801**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 57,5 MW médios, ao preço de R$ 161,82/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2022 era de R$ 526.314.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2021 foram:

	Acumulado 12 meses		
	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
2022			
ENGIE Brasil Energia	77.363	6.307	479
Outras	-	-	1.962
Total	**77.363**	**6.307**	**2.441**
2021	**104.719**	**38.296**	**2.130**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.

NOTA 15. SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2023 e o valor da cobertura é R$ 1.871.719, sendo R$ 1.776.580 referente a danos materiais e R$ 95.139 a lucros cessantes.

NOTA 16. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
CUSD[1]	30.666	30.666	30.666	30.666	30.666	613.321	766.651
Modernização da UHE Miranda	28.568	383	1.352	513	-	-	30.816
Contratos de operação e manutenção	3.159	2.470	2.254	2.066	-	-	9.948
Saldo em 31.12.2022	**62.393**	**33.519**	**34.272**	**33.245**	**30.666**	**613.321**	**807.415**

(1) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

a) CUSD

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição, o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização da UHE Miranda

No exercício de 2022, a Companhia assinou o contrato de modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia para as três unidades geradoras e sistema comuns da Usina.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2022, a Companhia assinou contratos de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente, com vigência até 2026.

NOTA 17. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de imobilizado e intangível	12	-
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(2.119)	(824)

NOTA 18. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Destinação de resultados de 2022

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 06.03.2023, encaminhou para aprovação em AGO, a proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31.12.2022, no valor de R$ 12.840 (R$ 0,0220361765 por ação), dividendos adicionais de R$ 47.160 e reserva de retenção de lucros no montante de R$ 68.397.

b) Decisão do STF sobre “coisa julgada” em matéria tributária

Em 08.02.2023, o Plenário do STF concluiu e finalizou o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde automaticamente os efeitos das decisões transitadas em julgado caso exista pronunciamento divergente e contrário, quando ocorrer em controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. A Companhia avaliou os efeitos reflexos desta decisão e não identificou processos judiciais impactados pela referida decisão da Suprema Corte, por não possuir decisões judiciais que resultem na supressão de seus tributos, cuja matéria tenha sido, posteriormente, julgada em sentido contrário pela Suprema Corte, em ação de controle concentrado ou sob regime de repercussão geral. Adicionalmente, a Companhia entende que a decisão não possui aplicação direta ou reflexa à Miranda para a data base de 31.12.2022 e continua monitorando a evolução do assunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

ATIVO

		31.12.2022			31.12.2021		
	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		47.258	-	47.258	51.336	-	51.336
Contas a receber de clientes	(i)	17.008	12.199	29.207	17.453	10.903	28.356
Ativo financeiro de concessão	(i)	138.098	(138.098)	-	126.648	(126.648)	-
Outros ativos circulantes		4.933	-	4.933	2.354	-	2.354
		207.297	**(125.899)**	**81.398**	**197.791**	**(115.745)**	**82.046**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	1.084.299	(1.084.299)	-	1.035.953	(1.035.953)	-
Outros ativos não circulantes[1]	(ii)	55	1.184	1.239	55	6.846	6.901
		1.084.354	**(1.083.115)**	**1.239**	**1.036.008**	**(1.029.107)**	**6.901**
Imobilizado		**3.346**	**26.909**	**30.255**	**3.167**	**15.003**	**18.170**
Intangível	**(i)**	**346.492**	**785.790**	**1.132.282**	**360.360**	**817.354**	**1.177.714**
		1.434.192	**(270.416)**	**1.163.776**	**1.399.535**	**(196.750)**	**1.202.785**
TOTAL		**1.641.489**	**(396.315)**	**1.245.174**	**1.597.326**	**(312.495)**	**1.284.831**

(1) Refere-se a ajustes na rubrica de imposto de renda diferido ativo.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2022			31.12.2021		
	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		5.811	-	5.811	7.192	-	7.192
Dividendos		12.840	-	12.840	12.801	-	12.801
Debêntures		98.285	-	98.285	83.886	-	83.886
Imposto de renda e contribuição social a pagar		22.999	-	22.999	13.733	-	13.733
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*		8.128	-	8.128	18.197	-	18.197
Outros passivos circulantes		8.413	-	8.413	10.773	-	10.773
		156.476	**-**	**156.476**	**146.582**	**-**	**146.582**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		394.484	-	394.484	465.355	-	465.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	133.966	(133.966)	-	101.729	(101.729)	-
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*		-	-	-	2.212	-	2.212
		528.450	**(133.966)**	**394.484**	**569.296**	**(101.729)**	**467.567**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**956.563**	**(262.349)**	**694.214**	**881.448**	**(210.766)**	**670.682**
TOTAL		**1.641.489**	**(396.315)**	**1.245.174**	**1.597.326**	**(312.495)**	**1.284.831**

		RESULTADO					
		2022			2021		
	Nota	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita Operacional Líquida		327.026	(29.385)	297.641	381.511	(68.610)	312.901
Custos operacionais		(61.577)	(48.773)	(110.350)	(85.369)	(56.394)	(141.763)
LUCRO BRUTO	**(i)**	**265.449**	**(78.158)**	**187.291**	**296.142**	**(125.004)**	**171.138**
Despesas operacionais, líquidas		(1.130)	-	(1.130)	(760)	-	(760)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**264.319**	**(78.158)**	**186.161**	**295.382**	**(125.004)**	**170.378**
Resultado financeiro		(59.392)	-	(59.392)	(96.715)	-	(96.715)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**204.927**	**(78.158)**	**126.769**	**198.667**	**(125.004)**	**73.663**
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(69.773)	26.574	(43.199)	(67.530)	42.501	(25.029)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**135.154**	**(51.584)**	**83.570**	**131.137**	**(82.503)**	**48.634**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão e intangível

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de GAG – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller De Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 06 de março de 2023.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 – Centro
89010-204 - Blumenau – SC – Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax:+55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia Energética Miranda
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Companhia Energética Miranda ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Miranda em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 06 de março de 2023.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de março de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Building a better working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Blumenau, 30 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O



Exercícios de

2022
2021

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

CNPJ **28.942.127/0001-49** NIRE **42 3 0004595-1**

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 | Agronômica
Florianópolis – SC | CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Miranda ("Miranda" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração Regulatório e as correspondentes Demonstrações Contábeis Regulatórias, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 09.10.2017 e sediada no município de Florianópolis (SC), a Companhia detém autorização outorgada pela Aneel para operação da Usina Hidrelétrica Miranda ("Usina" ou "UHE Miranda"), em concessão pelo prazo de 30 anos, ampliados em 2021 por mais 179 dias, por conta da repactuação do risco hidrológico de geração, com a vigência das Leis nº 14.052/2020 e nº 14.182/2021.

A Usina está localizada no Rio Araguari, no município de Indianópolis (MG), com capacidade instalada de 408,0 Megawatt (MW) e energia assegurada de 198,2 MW médios.

A energia da Usina está comercializada da seguinte maneira: 70% em cotas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), livre de risco hidrológico (*Generation Scaling Factor* - GSF). Os demais 30%, disponíveis para negócio no Ambiente de Contratação Livre (ACL), foram negociados em 2018 com a controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), pelo prazo de 11 anos, também isentos de risco hidrológico. Dessa forma, a energia gerada pela Companhia Energética Miranda está 100% livre dos impactos de déficit de geração hidrológica durante a vigência deste contrato.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 582.663.140 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R$ 582.663 mil ao final de 2022, sendo controlada integralmente pela ENGIE Brasil Energia, uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração centralizada, comercialização, trading e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por três Diretorias, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

Um novo Conselho de Administração foi eleito na 3ª Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 13.11.2020, composto pelos senhores Eduardo Antonio Gori Sattamini, José Luiz Jansson Laydner e Marcelo Cardoso Malta, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

Na mesma data, na 16ª Reunião do Conselho de Administração, foi reeleita a Diretoria Executiva, que passou por reformulação (20ª Reunião do Conselho de Administração) e em 31.12.2022 contava com a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Executivo, Paulo Roberto Keller de Negreiros eleito Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores e Marcelo Brugnaro Schultz na posição de Diretor Técnico-Operacional.

2.2 Processo de Aquisição da Concessão

A ENGIE Brasil Energia foi a vencedora do leilão organizado pelo Governo Federal em 27.09.2017, para a aquisição da concessão da Usina, com uma oferta de R$ 1.360 milhões, resultando em ágio de 22,4% sobre o preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal no certame. Os parâmetros técnicos e econômicos deste leilão foram estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energético (CNPE). A ENGIE assumiu a operação e manutenção da Usina em 29.12.2017, quando iniciou-se a contagem do prazo de concessão.

3. Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê-se que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento de 2,9% em 2022.

Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R$ 5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

4. Desempenho Operacional

Em 2022, a geração bruta da UHE Miranda foi de 1.133,5 GWh, 56,2% superior à que a obtida em 2021, de 725,5 GWh. O aumento se deu, especialmente, pela baixa hidrologia observada no entorno da usina em 2021 – fato que não ocorreu em 2022. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, atingido no ano de 2022 foi de 99,0%, 3,7 p.p. acima dos 95,3% atingidos no ano anterior.

Importante destacar que a Usina é operada remotamente desde 2018 do Centro de Operação da Geração (COG) localizado em Florianópolis, na sede da ENGIE Brasil Energia, garantindo assim maior padronização, confiabilidade e eficiência operacional ao empreendimento.

A assinatura do contrato para modernização dos sistemas de instrumentação e controle da usina (incluindo regulador de velocidade, regulador de tensão do gerador e sistema supervisório) foi firmado junto aos fornecedores ao final de 2021. Em 2022, foram realizadas as fabricações, aquisições e testes em fábrica dos novos equipamentos, e a instalação transcorrerá ao longo de 2023.

5. Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2022	2021	Var. (R$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	297.641	312.901	(15.260)	(4,9)
Lucro da atividade	186.161	170.378	15.783	9,3
Margem da atividade	62,5%	54,5%	-	8,1 p.p
Ebitda (Lajida)[1]	232.472	216.475	15.997	7,4
Depreciação e amortização	(46.311)	(46.097)	(214)	0,5
Resultado financeiro	(59.392)	(96.715)	37.323	(38,6)
Imposto de renda e contribuição social	(43.199)	(25.029)	(18.170)	72,6
Lucro líquido do exercício	83.570	48.634	34.936	71,8

[1] Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.1 Receita operacional líquida

No ano de 2022, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$ 297.641 mil, frente aos R$ 312.901 mil reconhecidos no ano de 2021, ou seja, um decréscimo de R$ 15.260 mil.

Essa variação é consequência dos seguintes eventos: (i) redução de R$ 27.060 mil na receita das operações de energia elétrica de contratos bilaterais com partes relacionadas, (ii) decréscimo de R$ 7.476 mil nas transações realizadas no mercado de curto prazo; (iii) aumento de R$ 19.276 mil na receita das operações de energia elétrica com distribuidoras, em virtude, basicamente, pela redução do IPCA entre os períodos em comparação. Mais detalhes sobre o item (i) e (ii) estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

5.2 Custos gerenciáveis e não gerenciáveis

Os custos gerenciáveis e não gerenciáveis reduziram em R$ 31.043 mil (21,8%) entre os períodos em comparação, passando de R$ 142.523 mil em 2021 para R$ 111.480 mil em 2022. Tal variação decorre, essencialmente, do comportamento dos componentes a seguir:

a) Compra de energia para revenda, inclusive CCEE: redução de R$ 40.072 mil entre os períodos em análise, sendo R$ 31.989 mil referentes a energia elétrica comprada para revenda e R$ 8.083 mil referente às transações no mercado de curto prazo. Mais detalhes sobre este último item estão comentados no item "transações de energia" apresentado a seguir.

b) Repactuação do risco hidrológico: em 02.03.2021, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) publicou a revisão dos cálculos de compensação da repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pelas Resoluções Normativas Aneel nº 895/2020 e nº 930/2021, as quais contemplaram, dentre outras questões, o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 13.783/13, às compensações calculadas nos termos da referida Lei. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições e atrasos na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da energia dessas usinas, da geração térmica fora da ordem de mérito e importação, de forma retroativa. Como compensação, os geradores garantiram o direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica "Repactuação de risco hidrológico" da demonstração dos resultados, no montante de R$ 6.289 mil, com a estimativa de extensão da concessão por um período aproximado de seis meses. O montante representa o valor justo do ativo, sendo similar ao valor definido e disponibilizado pela CCEE.

5.3 Transações de energia (incluem as transações realizadas no mercado de curto prazo)

A Companhia vende a totalidade de sua garantia física destinada ao mercado livre à sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE"), cujo contrato de venda possui um mecanismo de ajuste de preço para mitigação de risco, que prevê que a compradora, a controladora, assuma os impactos decorrentes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o qual inclui a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o Fator de Ajuste de Garantia Física (Energia Secundária ou GSF).

As receitas e os custos com operações de energia elétrica apresentaram reduções de R$ 34.536 mil e R$ 40.072 mil, respectivamente, ocasionando um acréscimo de R$ 5.536 mil no lucro bruto da Companhia. Essas reduções são resultado, substancialmente, de: (i) redução de transações de venda no mercado de curto prazo, motivada, principalmente, pela redução significativa de 58,7% no PLD nos períodos analisados; e (ii) redução nas transações de compra de energia em 2021 com a sua então parte relacionada Diamante Geração de Energia Ltda, a qual também era controlada pela ENGIE naquele período.

5.4 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, o Ebitda em 2022 foi de R$ 232.472 mil, R$ 15.997 mil (7,4%) abaixo do apurado em 2021, de R$ 216.475 mil.

5.5 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R$ 37.323 mil entre os períodos em análise, atingindo o montante de R$ 59.392 mil em 2022 (R$ 96.715 mil em 2021). A redução, decorre, principalmente, pela desaceleração do IPCA no período em questão.

5.6 Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL aumentaram R$ 18.170 mil, passando de R$ 25.029 mil em 2021 para R$ 43.199 mil em 2022, em decorrência do aumento no lucro antes dos tributos. A alíquota efetiva de IR e CSLL em ambos os períodos foi de 34,0%.

5.7 Lucro líquido

O lucro líquido de 2022 foi de R$ 83.570 mil, R$ 34.936 mil superior aos R$ 48.634 mil apresentados em 2021, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

É importante destacar que quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Portanto, as demonstrações contábeis regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Gestão Socioambiental

A Usina Hidrelétrica Miranda segue como referência para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/.

Em 2021 a Usina foi certificada segundo as normas NBR ISO 9001 (Gestão da Qualidade), NBR ISO 14001 (Gestão Ambiental) e NBR ISO 45001 (Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional), o que assegura maior padronização e confiabilidade aos processos.

A Usina possui os seguintes programas socioambientais, executados por liberalidade da Companhia (não são condicionantes legais):

a) Programa de Monitoramento de Focos Erosivos;

b) Programa de Reflorestamento Ciliar;

c) Programa de Monitoramento de Qualidade da Água;

d) Afugentamento e resgate de peixes nas paradas de máquinas;

e) Monitoramento da ictiofauna;

f) Programa de Peixamento;

g) Operação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – Jacob;

h) Programa de educação ambiental; e

i) Acervo arqueológico.

Destaca-se do ponto de vista ambiental a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Jacob, com 358 hectares, que representa uma importante área de preservação do bioma Cerrado, localizada à margem esquerda do Rio Araguari, município de Nova Ponte (MG), no entorno do reservatório da Usina. A Unidade representa um refúgio para espécies de fauna e flora locais, contribuindo com a preservação ambiental da região.

7. Recursos Humanos

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia. A Companhia reembolsa a controladora das despesas com o pessoal diretamente alocado na Usina.

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2022.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	47.258	51.336
Concessionárias e permissionárias	4	29.207	28.356
Outros ativos circulantes		4.933	2.354
		81.398	**82.046**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.184	6.846
Outros ativos não circulantes		55	55
		1.239	**6.901**
Imobilizado		**30.255**	**18.170**
Intangível	**5**	**1.132.282**	**1.177.714**
		1.163.776	**1.202.785**
TOTAL DO ATIVO		**1.245.174**	**1.284.831**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		5.811	7.192
Dividendos	8.c	12.840	12.801
Debêntures	7	98.285	83.886
Imposto de renda e contribuição social a pagar		22.999	13.733
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	6	8.128	18.197
Outros passivos circulantes		8.413	10.773
		156.476	**146.582**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	7	394.484	465.355
Instrumentos financeiros derivativos - *hedge*	6	-	2.212
		394.484	**467.567**
TOTAL DO PASSIVO		**550.960**	**614.149**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8**		
Capital social		582.663	582.663
Reservas de lucros		326.740	298.785
Dividendos adicionais propostos		47.160	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		(262.349)	(210.766)
		694.214	**670.682**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.245.174**	**1.284.831**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49| NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	9		
Suprimento de energia elétrica		329.381	338.074
Energia elétrica de curto prazo		1.794	10.113
		331.175	**348.187**
Deduções da receita bruta			
Tributos			
PIS		(5.465)	(5.745)
Cofins		(25.169)	(26.462)
Encargos – Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(2.900)	(3.079)
		(33.534)	**(35.286)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**297.641**	**312.901**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"			
Encargos de uso da rede elétrica		(33.804)	(32.479)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(6.677)	(3.864)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(970)	(1.140)
		(41.451)	**(37.483)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**256.190**	**275.418**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"			
Depreciação e amortização		(46.311)	(46.097)
Material e serviços de terceiros		(10.094)	(9.225)
Compra de energia, inclusive CCEE		(6.310)	(46.382)
Repactuação do risco hidrológico		-	6.289
Outros custos operacionais		(7.313)	(9.625)
		(70.028)	**(105.040)**
LUCRO DA ATIVIDADE	10	**186.162**	**170.378**
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(68.958)	(100.788)
Receitas financeiras		9.566	4.073
		(59.392)	**(96.715)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**126.770**	**73.663**
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	(37.536)	(25.222)
Imposto de renda e contribuição social diferido	11	(5.663)	193
		(43.199)	**(25.029)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**83.571**	**48.634**
Lucro por ação básico e diluído – em reais		**0,1434**	**0,0835**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**83.571**	**48.634**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**83.571**	**48.634**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REGULATÓRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proventos excedentes da contabilidade societária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31.12.2020		**582.663**	**15.641**	**164.465**	**(128.263)**	**-**	**-**	**634.506**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(82.503)	-	82.503	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	48.634	48.634
Destinações propostas à AGO[1]:								
- Reserva legal		-	6.557	-	-	-	(6.557)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(12.458)	(12.458)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	112.122	-	-	(112.122)	-
Saldos em 31.12.2021	**8**	**582.663**	**22.198**	**276.587**	**(210.766)**	**-**	**-**	**670.682**
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	(51.583)	-	51.583	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	83.571	83.571
Dividendos intermediários		-	-	(47.199)	-	-	-	(47.199)
Destinações propostas à AGO[1]:								
- Reserva legal		-	6.758	-	-	-	(6.758)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(12.840)	(12.840)
- Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	47.160	(47.160)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	68.396	-	-	(68.396)	-
Saldos em 31.12.2022	**8**	**582.663**	**28.956**	**297.784**	**(262.349)**	**47.160**	**-**	**694.214**

(1) Assembleia Geral Ordinária

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) REGULATÓRIOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	126.770	73.663
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Juros e variação monetária	70.240	100.117
Depreciação e amortização	46.311	46.097
Repactuação do risco hidrológico	-	(6.289)
Outros	(6.500)	(105)
Lucro antes dos tributos ajustado	**236.821**	**213.483**
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(815)	5.718
Outros ativos	(4.698)	(1.603)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(1.393)	(4.961)
Outros passivos	2.069	(1.106)
Caixa gerado pelas operações	**231.984**	**211.531**
Pagamento de juros sobre debêntures, líquido de *hedge*	(35.066)	(35.968)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(26.236)	(34.349)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**170.682**	**141.214**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(12.952)	(4.624)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(12.952)**	**(4.624)**
Atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures, líquido de *hedge*	(101.808)	(84.754)
Dividendos pagos	(60.000)	(56.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(161.808)**	**(140.754)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(4.078)**	**(4.164)**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	51.336	55.500
Saldo final	47.258	51.336
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(4.078)**	**(4.164)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

COMPANHIA ENERGÉTICA MIRANDA
CNPJ Nº 28.942.127/0001-49 | NIRE Nº 42 3 0004595-1
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Miranda ("Companhia" ou "Miranda") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia foi constituída em 09.10.2017, tendo início das atividades em 20.10.2017, com o objetivo de operar e manter a Usina Hidrelétrica Miranda ("UHE Miranda" ou "Usina"), localizada no município de Indianópolis, estado de Minas Gerais, estando sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

A Usina entrou em operação em 1998 e possui capacidade instalada de 408,0 MW[1] e 198,2 MW médios de garantia física.

O Contrato de Concessão foi assinado em 10.11.2017, com prazo de aproximadamente 30 anos, contados a partir de 29.12.2017. Exclusivamente para a parcela de 70% da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), a Companhia é remunerada por meio da Receita Anual de Geração (RAG), a qual é composta da parcela associada ao custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG), da parcela de Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), da parcela associada à GAG decorrente de ampliações, dos encargos de conexão, dos encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos.

NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis e estão sendo apresentadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Aneel por meio da Resolução Normativa Aneel nº 933, de 18.05.2021.

A Aneel promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações contábeis para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativo em certos aspectos. Estas diferenças estão explicadas na Nota 16 – Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatórios e societários.

Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não

[1] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis regulatórias como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional utilizada pela Companhia, sendo está a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. Adicionalmente, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	**188**	**179**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	47.070	51.157
	47.258	**51.336**

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI - taxa referencial), respectivamente.

NOTA 4. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Prática contábil:

Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

	31.12.2022	31.12.2021
Distribuidoras	21.218	19.569
ENGIE Brasil Energia	7.077	8.017
Transações realizadas na CCEE[1]	912	770
	29.207	**28.356**

(1) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia no ambiente de contratação regulado é de aproximadamente 45 dias, e para os contratos comercializados no ambiente de contratação livre é de aproximadamente 16 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

Em 31.12.2022 e 31.12.2021, a Companhia não apresentava valores vencidos em seu contas a receber. A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. INTANGÍVEL

Prática contábil:

Refere-se, principalmente, ao direito de uso da infraestrutura, originado pela bonificação pela outorga da concessão. A amortização é registrada de forma linear no prazo de vigência do contrato de concessão.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu em 2021 o intangível oriundo do direito de extensão de concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, ao valor justo, o qual é, usualmente, equivalente ao valor definido e disponibilizado pela Aneel. Este direito foi reconhecido no momento em que o direito se tornou virtualmente certo, em contrapartida da rubrica "Direito de uso de ativos".

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar a perda de valores não recuperáveis de seus ativos. Em 2022 e 2021, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável destes ativos.

	Valor bruto em 31.12.2021	Adições 2022	Valor bruto em 31.12.2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2022
Ativo intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	1.360.000	-	1.360.000	(233.667)	1.126.333
Direito de extensão de concessão	6.289	-	6.289	(404)	5.885
Software	569	-	569	(544)	25
Ativo intangível em curso					
Geração					
Software	-	39	39	-	39
	1.366.858	**39**	**1.366.897**	**(234.615)**	**1.132.282**

	Valor bruto em 31.12.2020	Adições 2021	Valor bruto em 31.12.2021	Amortização acumulada	Valor líquido em 31.12.2021
Ativo intangível em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	1.360.000	-	1.360.000	(188.441)	1.171.559
Direito de extensão de concessão	-	6.289	6.289	(173)	6.116
Software	569	-	569	(530)	39
	1.360.569	**6.289**	**1.366.858**	**(189.144)**	**1.177.714**

NOTA 6. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de índices de preços aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta ao IPCA.

A totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

Operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Prática contábil:

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo e/ou passivo no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente a valor justo. Os ganhos ou as perdas resultantes das variações no seu valor justo são reconhecidos no resultado, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia contratou operação de *swap* com o Banco Itaú BBA para proteger a totalidade dos fluxos de pagamentos futuros dos juros das debêntures contra a variação da taxa DI. Este é o único instrumento financeiro derivativo mantido pela Companhia, reconhecido de acordo com as normas estabelecidas para a contabilidade de *hedge*.

No início da operação de *hedge*, elabora-se documentação formal com a descrição dos objetivos e as estratégias da gestão do risco coberto e da relação entre a transação objeto do *hedge* e o instrumento de *hedge* utilizado para a proteção esperada.

A operação de *hedge* para a proteção das variações de taxas de juros flutuantes das debêntures da Companhia resulta de posição passiva vinculada à variação do CDI, ou seja, componentes não fixos, sendo, dessa forma, designados como "*Hedge* de valor justo". Nessas transações, os ganhos ou as perdas resultantes das variações das mensurações ao valor

justo das debêntures e das operações de *hedge* são reconhecidos no resultado financeiro, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros da variação do CDI sobre as debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos de operações de *hedge* são estes:

	31.12.2022	31.12.2021
Posição passiva		
Hedge de valor justo sobre debêntures	8.128	20.409
	8.128	**20.409**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	8.128	18.197
Passivo não circulante	-	2.212
	8.128	**20.409**

Em 31.12.2022, os valores das debêntures e dos *swaps* avaliados ao custo amortizado e ao valor justo são estes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Vencimento principal	Pagamento juros	Juros	Custo amortizado	Ajuste valor justo	Saldo contábil
Debêntures	R$ 299.000	06.2023	Semestrais	107,0% do CDI	32.687	122	32.809
Swap	R$ 299.000	06.2023	Semestrais	IPCA + 4,47%	(41.445)	508	(40.937)
Resultado *swap*					**(8.758)**	**630**	**(8.128)**

Mutação líquida das operações de *hedge* de valor justo sobre debêntures

Passivo em 31.12.2020	**13.605**
Juros e variações monetárias	18.492
Ajuste a valor justo	377
Amortização de principal	(10.624)
Amortização de juros	(1.441)
Passivo em 31.12.2021	**20.409**
Juros e variações monetárias	932
Ajuste a valor justo	(1.585)
Amortização de principal	(17.347)
Amortização de juros	5.719
Passivo em 31.12.2022	**8.128**

Segue abaixo a mutação do ajuste a valor justo apresentado nos quadros acima:

Saldo em 31.12.2020	**579**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	377
Saldo em 31.12.2021	**956**
Ajuste a valor justo reconhecido no resultado	(1.586)
Saldo em 31.12.2022	**(630)**

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia, as aplicações financeiras e as operações de *hedge*. A Companhia considera o risco de crédito praticamente nulo, tendo em vista os aspectos comentados a seguir:

b.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nas operações de venda de energia no mercado livre, a fim de mitigar o risco de crédito, a Companhia firmou contrato com a sua controladora, vigente a partir de 01.01.2018, até dezembro de 2028, mitigando o seu risco de crédito. Para mais detalhes vide Nota 12 – Transações com partes relacionadas. Em relação ao mercado regulado, o recebimento é garantido pelo Poder Concedente.

b.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

b.3) Riscos relacionados às operações de *hedge*

A Política de Investimentos e Derivativos impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo.

Conforme anteriormente mencionado, a única operação de *hedge* contratada pela Companhia é o *swap* para proteção da variação da taxa DI sobre uma das séries das debêntures emitidas.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Fornecedores	5.811	-	-	5.811
Debêntures[1]	136.967	258.277	192.727	587.971
	142.778	258.277	192.727	593.782

(1) Líquidas das operações de *hedge*.

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do SIN acontece, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), cada usina hidrelétrica, incluindo a Miranda, está sujeita às variações pelas condições hidrológicas verificadas, tanto pelas condições na região geográfica em que a usina opera como pelas condições em usinas de outras cascatas, que venham a influenciar no volume de água disponível para geração.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da garantia física, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que poderá afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que funciona como um "condomínio", em que o risco hidrológico é compartilhado entre todas as usinas participantes do Mecanismo.

Em 31.12.2022, a parcela da Usina Hidrelétrica Miranda destinada ao atendimento de Cotas de Garantia Física – 138,74 MW médios – é garantida pelas regras contratuais estabelecidas pelo Poder Concedente e está blindada desse risco.

Com relação aos impactos causados no MRE por razões não hidrológicas do passado, os geradores terão direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração de forma a compensar as perdas percebidas, nos termos da Lei nº 14.052/2020. Mais detalhes estão apresentados na Nota 5 – Intangível.

e) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	47.070	51.157
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	188	179
Concessionárias e permissionárias	N.A.	29.207	28.356
		76.465	**79.692**
Passivos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Debêntures	Nível 2	32.809	98.541
Perdas não realizadas em operações de *hedge* sobre debêntures	Nível 2	8.128	20.409
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	5.811	7.192
Debêntures	N.A.	459.960	450.700
		506.708	**576.842**

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e

- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

NOTA 7. DEBÊNTURES

Prática contábil:

As debêntures são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensuradas pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, exceto pelas debêntures que a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo, as quais são mensuradas posteriormente ao valor justo por meio do resultado.

a) Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Mensurados ao valor justo						
Debêntures – 1ª emissão	32.610	-	32.610	64.838	33.258	98.096
Encargos	199	-	199	445	-	445
	32.809	**-**	**32.809**	**65.283**	**33.258**	**98.541**
Mensurados ao custo amortizado						
Debêntures – 1ª emissão	64.201	394.484	458.685	17.237	432.097	449.334
Encargos	1.275	-	1.275	1.366	-	1.366
	65.476	**394.484**	**459.960**	**18.603**	**432.097**	**450.700**
Debêntures	**98.285**	**394.484**	**492.769**	**83.886**	**465.355**	**549.241**
Efeitos do *hedge* (*swap*)						
Posição passiva	8.127	-	8.127	18.197	2.212	20.409
Debêntures, líquidos dos efeitos do *hedge*	**106.412**	**394.484**	**500.896**	**102.083**	**467.567**	**569.650**

b) Mutação das debêntures

Saldo em 31.12.2020	**576.508**
Juros	36.833
Variações monetárias	45.039
Ajuste a valor justo	(482)
Amortização do principal	(74.130)
Amortização de juros	(34.527)
Saldo em 31.12.2021	**549.241**
Juros	42.961
Variações monetárias	26.373
Ajuste a valor justo	(560)
Amortização do principal	(84.461)
Amortização de juros	(40.785)
Saldo em 31.12.2022	**492.769**

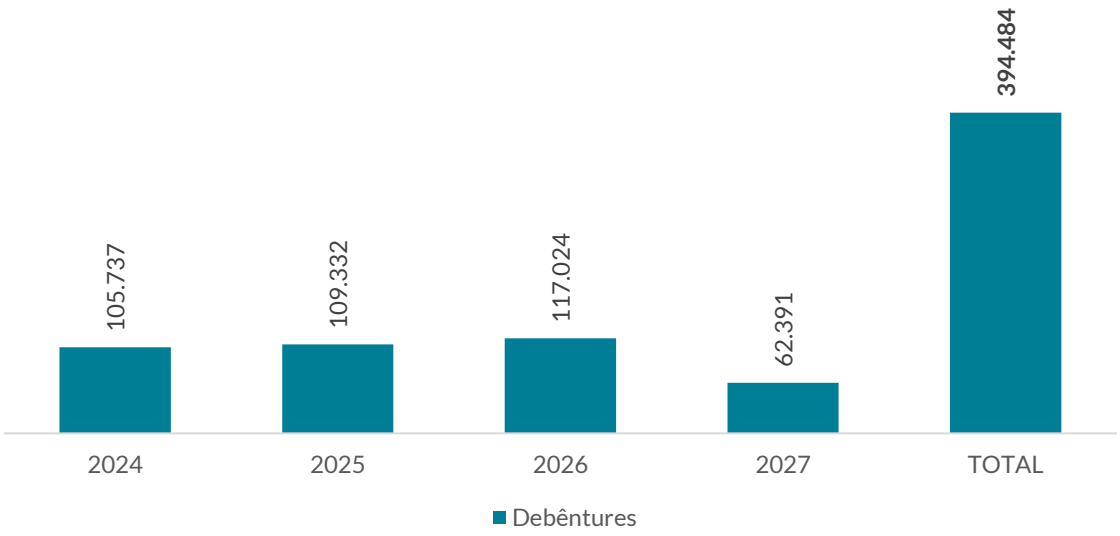
c) Principais condições contratadas

			Condições de Pagamento			
	Quantidade	Remuneração	Encargos	Principal	Vencimento	Saldos em 31.12.2022
1ª Emissão - Série 1	299.000	107% a.a. sobre Δ Taxa DI com swap para IPCA + 4,47% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2023	32.809
1ª Emissão - Série 2	386.000	IPCA + 6,4962% a.a.	Semestralmente	Semestralmente	06.2027	459.960

d) Garantias

As garantias das debêntures são as seguintes: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão de direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações representativas do capital social; e (d) fiança corporativa.

e) Vencimentos dos saldos apresentados no passivo não circulante



f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Dívida	*Covenants*	31.12.2022
Debêntures - 1ª emissão	Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) ≥ 1,1	1,53

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

NOTA 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 31.12.2022 e 31.12.2021, era de R$ 582.663, totalmente subscrito e integralizado, representado por 582.663.140 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 582.663.130 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 10 são de propriedade da ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva Legal

Do lucro líquido societário do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de retenção de lucros

A Companhia encaminhou para aprovação em AGO a constituição de reserva de retenção de lucros em 2022, no montante de R$ 68.397 (R$ 112.122 em 2021). Os lucros foram retidos em função de projeções de caixa para os anos futuros, haja vista as obrigações da Companhia.

c) Dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido societário ajustado do exercício.

d) Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores nos exercícios apresentados, motivo pelo qual não há diferença entre o lucro por ação básico e diluído.

e) Proventos excedentes da contabilidade societária

Refere-se à diferença de resultado e suas destinações da Companhia entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória.

NOTA 9. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Prática contábil:

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

	2022			2021		
	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil	Nº Consumidores	MWh Mil	R$ Mil
Suprimento faturado						
Distribuidoras	77	-	222.915	60	-	203.113
ENGIE Brasil Energia	1	461	78.171	1	461	107.376
	78	**461**	**301.086**	**61**	**461**	**310.489**
Suprimento não faturado						
Distribuidoras	77	-	21.218	60	-	19.568
ENGIE Brasil Energia	1	43	7.077	1	43	8.017
	78	**43**	**28.295**	**61**	**43**	**27.585**
Transações no mercado de curto prazo	-	-	1.794	-	-	10.113
	78	**504**	**331.175**	**61**	**504**	**348.187**

Os empreendimentos alcançados pelo regime de cotas, apresentados na rubrica de "Distribuidoras", são remunerados através de receitas fixas calculadas com base nos custos envolvidos na prestação do serviço de geração. Além disso, o gerador que tem sua energia comercializada em regime de cotas de garantia física não arca com os riscos hidrológicos nem com os resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) associados à Usina.

A capacidade instalada da Usina é destinada na proporção de 70% ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) no Sistema de Cota de Garantia Física e 30% ao Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme o Contrato de Concessão nº 02/2017, assinado em 10.11.2017.

NOTA 10. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.528	3.823
Juros sobre valores a receber	37	136
Outros juros e variações monetárias	1	114
	9.566	**4.073**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Debêntures	69.334	81.872
Hedge de valor justo sobre debêntures	932	18.492
Outros	12	3
Ajuste a valor justo	(2.146)	(105)
Outras despesas financeiras	826	526
	68.958	**100.788**
Resultado financeiro	**59.392**	**96.715**

NOTA 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Prática contábil:

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis societárias. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal.

a) Conciliação dos tributos no resultado

	2022			2021		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Resultado antes dos tributos	126.769	126.769	126.769	73.663	73.663	73.663
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Despesa às alíquotas nominais	**(31.692)**	**(11.409)**	**(43.101)**	**(18.416)**	**(6.630)**	**(25.046)**
Outros	(66)	(32)	(98)	19	(2)	17
	(31.758)	**(11.441)**	**(43.199)**	**(18.397)**	**(6.632)**	**(25.029)**
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	(27.594)	(9.942)	(37.536)	(18.539)	(6.683)	(25.222)
Diferido	(4.164)	(1.499)	(5.663)	142	51	193
	(31.758)	**(11.441)**	**(43.199)**	**(18.397)**	**(6.632)**	**(25.029)**
Alíquota efetiva	**25%**	**9%**	**34%**	**25%**	**9%**	**34%**

NOTA 12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Prática contábil:

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2021 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora da Companhia, ENGIE Brasil Energia.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	Ativo	Passivo		
	Contas a receber de clientes	Fornecedores		Dividendos
		Energia	Outros	
31.12.2022				
ENGIE Brasil Energia	7.077	500	1.401	12.840
Total	**7.077**	**500**	**1.401**	**12.840**
31.12.2021	**8.017**	**1.800**	**602**	**12.801**

c) Venda de energia

A Companhia possui contrato de venda de energia com a sua controladora, ENGIE Brasil Energia, no montante de 57,5 MW médios, ao preço de R$ 161,82/MWh, sendo reajustado anualmente pelo IPCA, cuja vigência é de 01.01.2018 até 31.12.2028. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2022 era de R$ 526.314.

O contrato de venda à controladora prevê que esta assuma os impactos decorrentes do MRE, incluindo a sazonalização da garantia física para fins de alocação de energia e o GSF.

Assim, os montantes relativos a transações com partes relacionadas que afetaram o resultado da Companhia nos exercícios findos em 31.12.2022 e 31.12.2021 foram:

	Acumulado 12 meses		
	Receita	Custos e Despesas	
	Venda de Energia[1]	Compra de Energia	Serviços de Terceiros
2022			
ENGIE Brasil Energia	77.363	6.307	479
Outras	-	-	1.962
Total	**77.363**	**6.307**	**2.441**
2021	**104.719**	**38.296**	**2.130**

(1) As informações apresentadas são líquidas de PIS e Cofins.

d) Acordo operativo

Em 01.07.2019, a Companhia e a controladora celebraram um contrato de compartilhamento de operação e manutenção e recursos humanos, no qual a controladora garante o atendimento dos procedimentos internos da Companhia quando da execução de atividades operacionais na UHE Miranda. O contrato possui vigência de 60 meses, podendo ser prorrogado por igual período, e foi anuído pela Aneel em 10.07.2019. O montante máximo anual do contrato é de R$ 13.684.SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A vigência do seguro vai até 31.05.2023 e o valor da cobertura é R$ 1.871.719, sendo R$ 1.776.580 referente a danos materiais e R$ 95.139 a lucros cessantes.

NOTA 13. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 em diante	Total
CUSD[1]	30.666	30.666	30.666	30.666	30.666	613.321	766.651
Modernização da UHE Miranda	28.568	383	1.352	513	-	-	30.816
Contratos de operação e manutenção	3.159	2.470	2.254	2.066	-	-	9.949
Saldo em 31.12.2022	**62.393**	**33.519**	**34.272**	**33.245**	**30.666**	**613.321**	**807.416**

(1) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.

a) CUSD

A Companhia mantém contrato de uso do sistema de distribuição, o qual tem vigência até a data de término da concessão.

b) Modernização da UHE Miranda

No exercício de 2022, a Companhia assinou o contrato de modernização do sistema digital de supervisão e controle, sistemas comuns e do sistema de proteção e oscilografia para as três unidades geradoras e sistema comuns da Usina.

c) Contratos de operação e manutenção

No exercício de 2022, a Companhia assinou contratos de manutenção dos equipamentos, conservação, limpeza e apoio nas atividades operacionais de meio ambiente, com vigência até 2026.

NOTA 14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de imobilizado e intangível	12	-
Crédito de imposto de renda e contribuição social	(2.119)	(824)

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REGULATÓRIOS E Ssocietários

As demonstrações contábeis societárias são elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Enquanto as demonstrações contábeis regulatórias seguem a regulamentação regulatória, determinada pela Aneel. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas contábeis regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas contábeis societárias.

Balanço Patrimonial

ATIVO

		31.12.2022			31.12.2021		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		47.258	-	47.258	51.336	-	51.336
Concessionárias e permissionárias	(i)	29.207	(12.199)	17.008	28.356	(10.903)	17.453
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	138.098	138.098	-	126.648	126.648
Outros ativos circulantes		4.933	-	4.933	2.354	-	2.354
		81.398	**125.899**	**207.297**	**82.046**	**115.745**	**197.791**
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Realizável a Longo Prazo							
Ativo financeiro de concessão	(i)	-	1.084.299	1.084.299	-	1.035.953	1.035.953
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.184	(1.184)	-	6.846	(6.846)	-
Outros ativos não circulantes	(ii)	55	-	55	55	-	55
		1.239	**1.083.115**	**1.084.354**	**6.901**	**1.029.107**	**1.036.008**
Imobilizado		**30.255**	**(26.909)**	**3.346**	**18.170**	**(15.003)**	**3.167**
Intangível	**(i)**	**1.132.282**	**(785.790)**	**346.492**	**1.177.714**	**(817.354)**	**360.360**
		1.163.776	**270.416**	**1.434.192**	**1.202.785**	**196.750**	**1.399.535**
TOTAL		**1.245.174**	**396.315**	**1.641.489**	**1.284.831**	**312.495**	**1.597.326**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		31.12.2022			31.12.2021		
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		5.811	-	5.811	7.192	-	7.192
Dividendos		12.840	-	12.840	12.801	-	12.801
Debêntures		98.285	-	98.285	83.886	-	83.886
Imposto de renda e contribuição social a pagar		22.999	-	22.999	13.733	-	13.733
Instrumentos financeiros derivativos - hedge		8.128	-	8.128	18.197	-	18.197
Outros passivos circulantes		8.413	-	8.413	10.773	-	10.773
		156.476	**-**	**156.476**	**146.582**	**-**	**146.582**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Debêntures		394.484	-	394.484	465.355	-	465.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(ii)	-	133.966	133.966	-	101.729	101.729
Instrumentos financeiros derivativos - hedge		-	-	-	2.212	-	2.212
		394.484	**133.966**	**528.450**	**467.567**	**101.729**	**569.296**
Capital social		582.663	-	582.663	582.663	-	582.663
Reservas de lucros		326.740	-	326.740	298.785	-	298.785
Dividendos adicionais propostos		47.160	-	47.160	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		(262.349)	262.349	-	(210.766)	210.766	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**694.214**	**262.349**	**956.563**	**670.682**	**210.766**	**881.448**
TOTAL		**1.245.174**	**396.315**	**1.641.489**	**1.284.831**	**312.495**	**1.597.326**

Demonstração do resultado

	Nota	31.12.2022 Regulatório	31.12.2022 Ajustes	31.12.2022 Societário	31.12.2021 Regulatório	31.12.2021 Ajustes	31.12.2021 Societário
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(iv)						
Suprimento de energia elétrica		329.381	(244.133)	85.248	338.074	(222.681)	115.393
Energia elétrica de curto prazo		1.794	-	1.794	10.113	-	10.113
Receita GAG – operação e manutenção	(iv)	-	71.050	71.050	-	63.339	63.339
Remuneração do ativo financeiro de concessão	(iii)	-	184.292	184.292	-	211.239	211.239
		331.175	**11.209**	**342.384**	**348.187**	**51.897**	**400.084**
Deduções da receita bruta							
Tributos							
PIS	(iv)	(5.465)	2.856	(2.609)	(5.745)	2.629	(3.116)
Cofins	(iv)	(25.169)	13.154	(12.015)	(26.462)	12.110	(14.352)
Encargos – Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(iv)	(2.900)	2.166	(734)	(3.079)	1.974	(1.105)
		(33.534)	**18.176**	**(15.358)**	**(35.286)**	**16.713**	**(18.573)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**297.641**	**29.385**	**327.026**	**312.901**	**68.610**	**381.511**
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"							
Encargos de uso da rede elétrica	(v)	(33.804)	24.551	(9.253)	(32.479)	24.060	(8.419)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(v)	(6.677)	3.804	(2.873)	(3.864)	3.724	(140)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(v)	(970)	759	(211)	(1.140)	684	(456)
		(41.451)	**29.114**	**(12.337)**	**(37.483)**	**28.468**	**(9.015)**
LUCRO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**256.190**	**58.499**	**314.689**	**275.418**	**97.078**	**372.496**
Custos gerenciáveis – Parcela "B"							
Depreciação e amortização	(vi)	(46.311)	32.032	(14.279)	(46.097)	31.972	(14.125)
Material e serviços de terceiros	(vii)	(10.094)	(12.374)	(22.468)	(9.225)	(4.046)	(13.271)
Compra de energia, inclusive CCEE		(6.310)	-	(6.310)	(46.382)	-	(46.382)
Repactuação do risco hidrológico		-	-	-	6.289	-	6.289
Outros custos operacionais		(7.313)	-	(7.313)	(9.625)	-	(9.625)
		(70.028)	**19.658**	**(50.370)**	**(105.040)**	**27.926**	**(77.114)**
LUCRO DA ATIVIDADE		**186.162**	**78.157**	**264.319**	**170.378**	**125.004**	**295.382**
Resultado financeiro							
Despesas financeiras		(68.958)	-	(68.958)	(100.788)	-	(100.788)
Receitas financeiras		9.566	-	9.566	4.073	-	4.073
		(59.392)	**-**	**(59.392)**	**(96.715)**	**-**	**(96.715)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**126.770**	**78.157**	**204.927**	**73.663**	**125.004**	**198.667**
Imposto de renda e contribuição social corrente	(viii)	(37.536)	-	(37.536)	(25.222)	-	(25.222)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(viii)	(5.663)	(26.574)	(32.237)	193	(42.501)	(42.308)
		(43.199)	**(26.574)**	**(69.773)**	**(25.029)**	**(42.501)**	**(67.530)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**83.571**	**51.583**	**135.154**	**48.634**	**82.503**	**131.137**

Efeitos de contabilização de contratos de concessão

(i), (iii), (iv), (v), (vi), (vii) Concessionárias e permissionárias, ativo financeiro de concessão e intangível

Na contabilidade societária, a parcela da bonificação pela outorga que dá direito incondicional ao recebimento de um fluxo de caixa sem riscos de mercado e hidrológicos foi reconhecida como ativo financeiro de concessão. A diferença entre o valor total da bonificação pela outorga e o montante alocado como ativo financeiro de concessão foi reconhecida no ativo intangível. A parcela reconhecida no ativo financeiro de concessão é remunerada pela taxa interna de retorno e atualizada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), estes efeitos são apresentados na rubrica "Remuneração do ativo financeiro de concessão". A realização deste ativo financeiro de concessão ocorre por meio dos recebimentos do Retorno da Bonificação de Outorga (RBO). Os demais itens integrantes da RAG são reconhecidos em linhas específicas do resultado, conforme segue: (i) Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) – reconhecido na rubrica "Receita GAG – operação e manutenção"; (ii) encargos de conexão, encargos de uso dos sistemas de transmissão ou de distribuição, da parcela de ajuste pela indisponibilidade e de outros encargos – reconhecidos como recuperação dos custos relacionados. O intangível é amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão.

Em contrapartida, para fins regulatórios o montante total da bonificação pela outorga foi reconhecido no ativo intangível, sendo também amortizado de forma linear pelo prazo de vigência do contrato de concessão. Adicionalmente, as receitas faturadas mensalmente às distribuidoras, relacionada a RAG, são reconhecidas na rubrica "Suprimento de energia elétrica".

Os efeitos acima destacados resultam em diferenças na apuração de PIS e Cofins.

Adicionalmente, os itens de adição de imobilizado são considerados como custo na rubrica "Materiais e serviços de terceiros" nas demonstrações contábeis societárias.

(ii), (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos da remuneração do ativo financeiro de concessão, da amortização da diferença entre intangível fiscal e contábil da bonificação paga pela outorga e da receita de RBO geram imposto de renda e contribuição social diferidos nas demonstrações societárias. Para fins regulatórios, esses efeitos não são considerados, conforme mencionado no item anterior.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31.12.2022
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	
Saldo no início do exercício	**210.766**
(iii) Remuneração do ativo financeiro da concessão	184.292
(iv) Retorno da Bonificação de Outorga (RBO), líquida	(154.907)
(v) Custos não gerenciáveis – Parcela "A"	29.114
(vi) Depreciação e amortização	32.032
(vii) Material e serviços de terceiros	(12.374)
(viii) Tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis	(26.574)
Saldo no final do exercício	**262.349**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Presidente

Marcelo Cardoso Malta
Conselheiro

José Luiz Jansson Laydner
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Marcelo Brugnaro Schultz
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Romary dos Anjos Silva
Contadora - CRC SC 036047/O-2

FLORIANOPOLIS, 30 de Março de 2023

-
Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica

Referência: Termo de responsabilidade – Demonstração Contábil Regulatória - Companhia Energética Miranda

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista em Lei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº **846**, de **11 de junho de 2019**, bem como os signatários, às previstas nos artigos **171 e 299**, ambos do Código Penal.

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
(revogou a Resolução Normativa n° 63, de 12 de maio de 2004)
Art. 13. Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII - fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

RUA PASCHOAL APOSTOLO PITSICA - 88025-255 - AGRONOMICA - FLORIANOPOLIS,SC

.

Finalizado eletronicamente por Romary Dos Anjos Silva
Romary Dos Anjos Silva
Coordenadora de Relatórios Financeiros, Delegado
SC-036047/O

Finalizado eletronicamente por Paulo Roberto Keller De Negreiros
Paulo Roberto Keller De Negreiros
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Finalizado eletronicamente por Jose Luiz Jansson Laydner
Jose Luiz Jansson Laydner
Diretor Executivo

Anexos: .

C/C: Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF - Agência Nacional de Energia Elétrica - Leila Conceição Novais Rocha

RUA PASCHOAL APOSTOLO PITSICA - 88025-255 - AGRONOMICA - FLORIANOPOLIS,SC